



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682227 - SP (2021/0231294-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : LUAN FRANCISCO SEBASTIAO
ADVOGADO : LUAN FRANCISCO SEBASTIÃO - SP436674
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIEL MENDES LOURENCO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIEL MENDES LOURANÇO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501287-93.2019.8.26.0571).

O paciente foi condenado, por incurso no art. 305, c/c art. 298, I, ambos da Lei n. 9.503/1997, à pena privativa de liberdade de 1 ano de detenção, a ser cumprida em regime inicial semiaberto e suspensão da habilitação por 1 ano; e por incurso no art. 306, § 1º, I e II, c/c art. 298, I, ambos da Lei n. 9503/1997, à pena privativa de liberdade de 1 ano e 4 meses de detenção, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, pena pecuniária de 26 dias-multa, cada qual no mínimo legal, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor por 1 ano e 4 meses.

Em sede recursal, foi julgado parcialmente procedente a apelação do sentenciado, sendo a pena reduzida para 9 meses de detenção no regime semiaberto e 4 meses de suspensão da carteira de habilitação.

O impetrante alega falta de prova quanto ao delito do art. 305 do CTB e, que o regime fixado é extremamente gravoso, haja vista o tempo de pena que deve ser cumprido e a situação atual do país.

Aduz, ainda, que a custódia cautelar do paciente deveria ser reavaliada, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, concessão de prisão domiciliar ao sentenciado, com fundamento na Recomendação/CNJ n. 62 ou, subsidiariamente, pleiteia a redução das penas e a mitigação do regime prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares

da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência